

→ continuação


suzano
Suzano S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

 DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2022


www.suzano.com.br

BALANÇO PATRIMONIAL - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021		
ATIVO										
CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.479.401	180.729	9.505.951	13.590.776					
Aplicações financeiras	6	2.886.277	5.039.018	7.546.639	7.508.275	17	5.494.489	2.628.050	6.206.570	3.288.897
Contas a receber de clientes	7	3.568.755	7.884.683	9.607.012	6.531.465	18.1	2.242.412	1.874.195	3.353.029	3.655.537
Estoques	8	3.886.107	3.331.770	5.728.261	4.637.485	19.2	658.592	607.982	672.174	623.282
Tributos a recuperar	9	457.430	279.713	549.580	360.725	4.5	667.681	1.563.110	667.681	1.563.459
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	3.048.493	470.261	3.048.493	470.261		177.330	99.966	449.122	339.553
Adiantamentos a fornecedores	10	87.674	38.164	108.146	59.564		616.074	538.299	674.525	590.529
Dividendos a receber	11	16.917	21.089	7.334	6.604	23	1.856.763	99.040	1.856.763	99.040
Outros ativos		946.251	872.151	1.021.234	937.786	11	2.720	916.751	5.094	919.073
Total do ativo circulante		16.377.205	18.117.578	37.122.650	34.102.941		100.804	92.898	131.355	103.656
NÃO CIRCULANTE							1.466.797	1.160.400	494.230	368.198
Aplicações financeiras	6	419.103	250.054	419.103	250.054		32.444.996	12.827.003	14.492.543	11.551.224
Tributos a recuperar	9	1.379.969	1.247.665	1.406.363	1.269.164					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	4.290.540	9.079.005	3.986.415	8.729.929	18.1	11.181.392	11.716.596	71.239.562	75.973.092
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	1.825.256	971.879	1.825.256	971.879	19.2	5.442.103	5.198.401	5.510.356	5.269.912
Adiantamentos a fornecedores	10	1.484.975	1.184.075	1.592.132	1.282.763	4.5	4.179.114	6.331.069	4.179.114	6.331.069
Depósitos judiciais		337.152	276.643	362.561	300.715					
Outros ativos		227.751	202.149	279.955	296.844					
Total do ativo não circulante		115.441.901	104.807.984	96.075.318	84.872.211					
TOTAL DO ATIVO		131.819.206	122.925.562	133.197.968	118.975.152					
PASSIVO										
CIRCULANTE										
Fornecedores	17	5.494.489	2.628.050	6.206.570	3.288.897					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	2.242.412	1.874.195	3.353.029	3.655.537					
Contas a pagar de arrendamentos	19.2	658.592	607.982	672.174	623.282					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	667.681	1.563.110	667.681	1.563.459					
Tributos a recolher		177.330	99.966	449.122	339.553					
Salários e encargos sociais		616.074	538.299	674.525	590.529					
Partes relacionadas		19.161.334	3.246.312							
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	1.856.763	99.040	1.856.763	99.040					
Dividendos a pagar	11	2.720	916.751	5.094	919.073					
Adiantamentos de clientes		100.804	92.898	131.355	103.656					
Outros passivos		1.466.797	1.160.400	494.230	368.198					
Total do passivo circulante		32.444.996	12.827.003	14.492.543	11.551.224					
NÃO CIRCULANTE										
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	11.181.392	11.716.596	71.239.562	75.973.092					
Contas a pagar de arrendamentos	19.2	5.442.103	5.198.401	5.510.356	5.269.912					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	4.179.114	6.331.069	4.179.114	6.331.069					
Partes relacionadas	11	41.024.659	67.196.599							
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	205.559	306.912	205.559	306.912					
Provisão para passivos judiciais	20.1	3.208.379	3.195.135	3.256.310	3.232.612					
Passivos atuariais	21.2	671.897	665.552	691.424	675.158					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	1.118	1.118	1.118	1.118					
Pagamento baseado em ações	22	121.201	135.395	162.117	166.998					
Adiantamentos de clientes		136.161	149.540	136.161	149.540					
Outros passivos		142.713	127.893	157.339	143.505					
Total do passivo não circulante		66.313.178	95.023.092	85.539.060	92.248.798					
TOTAL DO PASSIVO		98.758.174	107.850.095	100.031.603	103.800.022					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Capital social	25	9.235.546	9.235.546	9.235.546	9.235.546					
Reservas de capital		18.425	15.455	18.425	15.455					
Ações em tesouraria		(2.120.324)	(218.265)	(2.120.324)	(218.265)					
Reservas de lucros		24.207.869	3.927.824	24.207.869	3.927.824					
Ajustes de avaliação patrimonial		1.719.516	2.114.907	1.719.516	2.114.907					
Patrimônio líquido de acionistas controladores		33.061.032	15.075.467	33.061.032	15.075.467					
Participação de acionistas não controladores				105.333	99.663					
Total do patrimônio líquido		33.061.032	15.075.467	33.166.365	15.175.130					
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		131.819.206	122.925.562	133.197.968	118.975.152					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
RECEITA LÍQUIDA	28	30.755.701	27.636.875	49.830.946	40.965.431
Custo dos produtos vendidos	30	(23.023.960)	(18.624.168)	(24.821.288)	(20.615.588)
LUCRO BRUTO		7.731.741	9.012.707	25.009.658	20.349.843
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	30	(1.656.205)	(1.530.642)	(2.483.194)	(2.291.722)
Gerais e administrativas	30	(1.421.352)	(1.313.560)	(1.709.767)	(1.577.909)
Resultado de equivalência patrimonial	14	15.672.559	11.268.988	284.368	51.912
Outras receitas operacionais, líquidas	30	921.618	1.519.531	1.121.716	1.648.067
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		21.248.361	18.957.024	22.222.781	18.180.191
RESULTADO FINANCEIRO	27	(4.688.090)	(4.268.491)	(4.590.370)	(4.221.301)
Despesas		679.117	225.704	967.010	272.556
Instrumentos financeiros derivativos		6.759.962	(1.596.415)	6.751.567	(1.597.662)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		4.296.578	(4.742.425)	3.294.593	(3.800.827)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		28.295.928	8.575.397	28.655.581	8.832.957
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	12	(151.957)	(57.726)	(510.896)	(292.115)
Diferidos	12	(4.762.354)	108.715	(4.749.798)	94.690
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		23.381.617	8.626.386	23.394.887	8.635.532
Atribuído aos acionistas					
Controladores		23.381.617	8.626.386	23.381.617	8.626.386
Não controladores				13.270	9.146
Resultado do exercício					
Básico	26.1	17,57724	6,39360	17,57724	6,39360
Diluído	26.2	17,57305	6,39205	17,57305	6,39205

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Resultado líquido do exercício		23.381.617	8.626.386	23.394.887	8.635.532
Outros resultados abrangentes					
Efeito do valor justo de investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente		(3.441)	2.020	(3.441)	2.020
IR/CSLL sobre o valor justo de investimentos		1.170	(687)	1.170	(687)
Ganho (perda) atuarial de benefícios pós emprego das Controladas		(9.499)	2.289	(9.499)	2.289
IR/CSLL sobre a perda atuarial		3.260	(778)	3.260	(778)
Ganho (perda) atuarial de benefícios pós emprego da Controladora		(3.182)	117.353	(3.182)	117.353
IR/CSLL sobre a perda atuarial		1.082	(39.900)	1.082	(39.900)
Itens sem efeitos subsequentes no resultado		(10.610)	80.297	(10.610)	80.297
Efeito cambial na conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior		(16.035)	46.006	(16.035)	46.006
Realização de variação cambial de investimento no exterior ⁽¹⁾		(235.737)	(825)	(235.737)	(825)
Itens com efeitos subsequentes no resultado		(251.772)	45.181	(251.772)	45.181
Atribuído aos acionistas		23.119.235	8.751.864	23.132.505	8.761.010
Controladores		23.119.235	8.751.864	23.119.235	8.751.864
Não controladores				13.270	9.146

⁽¹⁾ Refere-se, substancialmente, a realização de variação cambial de investimento no exterior da Suzano Trading Ltd., empresa incorporada em 30 de setembro de 2022.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
1 - RECEITAS					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (nota 28)		32.897.227	29.347.775	51.999.613	42.692.651
Outras receitas		311.315	1.904.173	402.276	2.015.430
Receitas referentes à construção de ativos próprios (nota 15)		11.009.737	1.662.613	11.220.807	1.768.938
Provisão de perda estimada com					

→ continuação



suzano

Suzano S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2022



www.suzano.com.br

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Atribuível aos acionistas controladores										
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Reserva para aumento de capital	Reserva estatutária especial	Reserva destinada à distribuição de dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.269.281	(33.735)	10.612	(218.265)			2.129.944	(3.926.015)	7.231.822	105.556	7.337.378
Resultado abrangente total											
Resultado do exercício							125.478	8.626.386	8.626.386	9.146	8.635.532
Resultado abrangente do exercício								125.478	125.478		125.478
Transações de capital com os sócios											
Opções de ações outorgadas (nota 22.3)		4.843							4.843		4.843
Reversão de dividendos prescritos						49			49		49
Dividendos mínimos obrigatórios propostos (nota 1.2.2)								(913.111)	(913.111)		(913.111)
Dividendo adicional proposto (nota 1.2.2)								(86.889)			
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócio										(15.039)	(15.039)
Mutações internas do patrimônio líquido											
Constituição de reservas				812.909	235.019	2.513.663	279.295		(3.840.886)		
Realização de custo atribuído, líquido do IRPJ e CSLL								(140.515)	140.515		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.269.281	(33.735)	15.455	(218.265)	812.909	235.019	2.513.663	2.114.907	15.075.467	99.663	15.175.130
Resultado abrangente total											
Resultado do exercício								23.381.617	23.381.617	13.270	23.394.887
Resultado abrangente do exercício								(262.382)	(262.382)		(262.382)
Transações de capital com os sócios											
Opções de ações outorgadas (nota 22.3)		5.335							5.335		5.335
Ações outorgadas (nota 22.3)		(2.365)		2.365							
Recuperação de ações (nota 25.5)				(1.904.424)					(1.904.424)		(1.904.424)
Reversão de dividendos prescritos								2.308	2.308		2.308
Pagamento de dividendos adicional proposto (nota 1.2.3)											
Pagamento de dividendos complementares						(719.903)	(80.000)		(799.903)		(799.903)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos (nota 25.2)						(97)		(86.889)	(86.986)		(86.986)
Dividendo adicional proposto (nota 25.2)								(2.256.367)	(2.256.367)		(2.256.367)
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócio								(93.633)	(93.633)		(93.633)
Mutações internas do patrimônio líquido											
Constituição de reservas (nota 25.3)				66.871	1.169.080	17.937.885	1.993.098		(21.166.934)		
Reversão da reserva de incentivos fiscais				(502)		502					
Realização de custo atribuído, líquido do IRPJ e CSLL								(133.009)	133.009		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9.269.281	(33.735)	18.425	(2.120.324)	879.278	1.404.099	19.732.050	2.192.442	33.061.032	105.333	33.166.365

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Suzano S.A. ("Suzano" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está sediada no Brasil, com matriz localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, no. 1.752 - 10º andar, salas 1010 e 1011, Bairro Pituba, na cidade de Salvador, Estado da Bahia e o principal escritório de negócios localizado na cidade de São Paulo.

A Suzano possui ações negociadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão - "B3"), listada no segmento do Novo Mercado sob o ticker SUZB3 e American Depositary Receipts ("ADRs") na proporção de 1 (uma) ação ordinária, Nível II, negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("New York Stock Exchange" - "NYSE") sob o ticker SUZ.

A Companhia possui 13 unidades industriais, localizadas nas cidades de Aracruz e Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo), Belém (Pará), sendo 2 unidades nesta localidade, Eunápolis e Mucuri (Bahia), Maracanaú (Ceará), Imperatriz (Maranhão), Jacarei, Limeira e Suzano, sendo 2 unidades nesta localidade (São Paulo) e Três Lagoas (Mato Grosso do Sul). Adicionalmente, possui 5 centros de tecnologia, 23 centros de distribuição e 3 portos, todos localizados no Brasil.

1.1. Participações societárias

A Companhia detém participações societárias nas seguintes entidades legais:

Denominação	Atividade principal	País	Tipo de participação	Método de contabilização	% de participação	
					31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Caravelas Florestal S.A. (6) (7)	Produção e comercialização de madeira em pé	Brasil	Direta	Consolidado		
Cellulforce Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de celulose nanocristalina	Canadá	Direta	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8,28%	8,28%
Ensyn Corporation	Pesquisa e desenvolvimento de biocombustível	Estados Unidos da América	Direta	Equivalência patrimonial	26,59%	26,24%
F&E Technologies LLC	Produção de biocombustíveis, exceto álcool	Estados Unidos da América	Direta/Indireta	Equivalência patrimonial	50,00%	50,00%
F&E Tecnologia do Brasil S.A.	Produção de biocombustíveis, exceto álcool	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Fibria Celulose (USA) Inc.	Escritório comercial	Estados Unidos da América	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Fibria Overseas Finance Ltd.	Captação de recursos financeiros	Ilhas Cayman	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	Operação portuária	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
FuturaGene Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Inglaterra	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
FuturaGene Biotechnology Shanghai Company Ltd. (1)	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	China	Indireta	Consolidado	100,00%	100,00%
FuturaGene Delaware Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Estados Unidos da América	Indireta	Consolidado	100,00%	100,00%
FuturaGene Israel Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Israel	Indireta	Consolidado	100,00%	100,00%
FuturaGene Hong Kong Ltd. (8)	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Hong Kong	Indireta	Consolidado	100,00%	100,00%
FuturaGene Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Estados Unidos da América	Indireta	Consolidado	100,00%	100,00%
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Produção e comercialização de papel cartão	Brasil	Direta	Equivalência patrimonial	49,90%	49,90%
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	Holding	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Itacel - Terminal de Celulose de Itaquí S.A.	Operação portuária	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Mucuri Energética S.A.	Geração e distribuição de energia elétrica	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Paineiras Logística e Transportes Ltda.	Transporte rodoviário	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	Operação portuária	Brasil	Direta	Consolidado	51,00%	51,00%
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	Comercialização de equipamentos e peças	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Rio Verde Participações e Propriedades Rurais S.A. (7)	Base de ativos florestais	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
SFBC Participações Ltda.	Produção de embalagens	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Spinnova Plc (2)	Pesquisa e desenvolvimento de matérias-primas sustentáveis (madeira) para a indústria têxtil	Finlândia	Direta	Equivalência patrimonial	19,03%	19,14%
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	Comercialização de papel e materiais de informática	Argentina	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Austria GmbH.	Escritório comercial	Áustria	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Canada Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de lignina	Canadá	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Finland Oy	Produção, comercialização de celulose e celulose microfibrilada e papel.	Finlândia	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano International Finance B.V. (9)	Captação de recursos financeiros	Holanda	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano International Trade GmbH.	Escritório comercial	Áustria	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Material Technology Development Ltd. (6)	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	China	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Operações Industriais e Florestais S.A.	Produção, comercialização e exportação de celulose	Brasil	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper America Inc.	Escritório comercial	Estados Unidos da América	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	Escritório comercial	Suíça	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Shanghai Ltd.	Escritório comercial	China	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Trading International KFT	Escritório comercial	Hungria	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Trading Ltd. (7)	Escritório comercial	Ilhas Cayman	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Suzano Ventures LLC (3)	Corporate venture capital	Estados Unidos da América	Direta	Consolidado	100,00%	100,00%
Veracel Celulose S.A.	Produção, comercialização e exportação de celulose	Brasil	Direta	Consolidado proporcional	50,00%	50,00%
Vitex BA Participações S.A. (4) (7)	Holding	Brasil	Direta	Consolidado		
Parkia BA Participações S.A. (4) (7)	Holding	Brasil	Direta/Indireta	Consolidado		
Garacuí Comercial Ltda. (4) (7)	Produção e comercialização de madeira em pé	Brasil	Indireta	Consolidado		
Vitex SP Participações S.A. (4) (7)	Holding	Brasil	Direta	Consolidado		
Parkia SP Participações S.A. (4) (7)	Holding	Brasil	Direta/Indireta	Consolidado		
Sobrasil Comercial Ltda. (4) (7)	Produção e comercialização de madeira em pé	Brasil	Indireta	Consolidado		
Vitex MS Participações S.A. (4) (7)	Holding	Brasil	Direta	Consolidado		
Parkia MS Participações S.A. (4) (7)	Holding	Brasil	Direta/Indireta	Consolidado		
Duas Marias Comercial Ltda. (4) (7)	Produção e comercialização de madeira em pé	Brasil	Indireta	Consolidado		
Vitex ES Participações S.A. (4) (7)	Holding	Brasil	Direta	Consolidado		
Parkia ES Participações S.A. (4) (7)	Holding	Brasil	Direta/Indireta	Consolidado		
Claraiba Comercial Ltda. (4) (7)	Produção e comercialização de madeira em pé	Brasil	Indireta	Consolidado		
Woodspin Oy	Desenvolvimento, produção, distribuição e comercialização de fibras, fios e filamentos têxteis à base de madeira, produzidos a partir de celulose e celulose microfibrilada.	Finlândia	Direta/Indireta	Equivalência patrimonial	50,00%	50,00%

1) Participação societária encerrada no exercício.
 2) Em 14 de fevereiro, 31 de maio, 17 de agosto e 19 de dezembro de 2022, percentual de participação foi alterado em decorrência de emissão de novas ações da entidade para atendimento ao seu programa de opções de ações.
 3) Em 17 de maio de 2022, constituição de participação societária.
 4) Em 22 de junho de 2022, aquisição de participação societária (nota 1.2.4).
 5) Em 9 de agosto de 2022, aquisição de participação societária (nota 1.2.5).
 6) Em 22 de setembro de 2022, foi constituída a entidade legal com a participação societária integral da Suzano S.A.
 7) Em 30 de setembro de 2022, incorporação da entidade pela Suzano S.A. devido a reestruturação societária.
 8) Em 08 de abril de 2022, a entidade foi encerrada.
 9) Em 29 de dezembro de 2022, foi constituída a entidade legal com a participação societária integral da Suzano S.A.

1.2. Principais eventos ocorridos no exercício

1.2.1. Efeitos decorrentes do conflito entre Rússia e Ucrânia

Em decorrência do atual conflito entre a Rússia e Ucrânia, a Companhia monitora continuamente os seus efeitos, diretos e indiretos, refletidos na sociedade, economia e nos mercados (internacional e doméstico), com o objetivo de avaliar os eventuais impactos e riscos para os seus negócios.

Dessa maneira, podemos separar em 4 (quatro) as principais áreas de avaliação da Companhia:

(i) pessoas: a Suzano não possui colaboradores, tampouco instalações, de nenhuma natureza nas localidades relacionadas ao conflito.

(ii) insumos: não identificou nenhum risco de curto e longo prazo, de uma possível interrupção ou escassez no fornecimento de insumos para as suas atividades industriais e florestais. Até o momento, foi verificado apenas uma maior volatilidade nos preços de insumos energéticos e commodities.

(iii) logística: no âmbito internacional não houve alteração nas operações logísticas, ou seja, todas as rotas utilizadas permanecem inalteradas e estão mantidas as atracções nas localidades previstas. No âmbito doméstico, também não foi identificada alteração dos fluxos logísticos.

(iv) comercial: até o presente momento, a Companhia continua com as suas transações conforme planejado, mantendo o atendimento a seus clientes em todos os seus setores de atividade. Foi determinado apenas a suspensão das vendas para poucos clientes localizados na Rússia, sem impacto financeiro significativo.

Por fim, é oportuno informar que, em decorrência do atual cenário, a Companhia tem mantido ações para ampliar o monitoramento em conjunto com suas principais partes interessadas, com o objetivo de garantir a atualização necessária e o fluxo de informações tempestivas à dinâmica da conjuntura global para as suas tomadas de decisão.

continua →



→ continuação



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022



www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Para o segmento operacional Celulose, o reconhecimento da receita baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio ("Incoterms") correspondente, quando destinado ao mercado externo e (ii) tempo de trânsito ("lead time"), quando destinado ao mercado interno.

Para os segmentos operacionais Papel e Bens de Consumo, o reconhecimento da receita, baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio ("Incoterms") correspondente e (ii) no tempo de trânsito ("lead time") e são produtos destinados aos mercados externo e interno.

São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança.

A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para abatimentos e descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa.

Uma provisão para reembolso (incluído em contas a receber de clientes) é reconhecida para os abatimentos e descontos estimados a pagar a clientes com relação a vendas realizadas até o fim do exercício. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente.

3.2.33. Receitas e despesas financeiras
Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, pela taxa efetiva de juros que inclui a amortização de custos de captação, ganhos e perdas nos instrumentos financeiros derivativos, juros sobre empréstimos e financiamentos, variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos financeiros e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

3.2.34. Resultado básico por ação
O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

3.2.35. Participação dos funcionários e administradores no resultado
Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Já para os administradores são utilizadas como base as disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas.

3.2.36. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes
Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir:

- controle, influência significativa e consolidação (nota 1.1);
transações com pagamento baseado em ações (nota 22);
transferência de controle para reconhecimento da receita (nota 28);
valor justo de instrumentos financeiros (nota 4);
análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (notas 15 e 16);
perdas de crédito esperadas (nota 7);
provisão para perdas nos estoques (nota 8);
análise anual do valor recuperável de tributos (notas 9 e 12);
valor justo dos ativos biológicos (nota 13);
vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas 15 e 16);
análise anual do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) (nota 16);
provisão para passivos judiciais (nota 2); e
benefícios de aposentadoria (nota 21).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

3.3. Políticas contábeis ainda não adotadas
As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2022, estão descritas a seguir.

3.3.1. Alterações à CPC 26 (R1)/IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada)
As alterações do CPC 26/IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

3.3.2. Alterações à CPC 26(R1)/IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de Políticas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023)
Alteram os requisitos do CPC 26/IAS 1 no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes".

3.3.3. Alterações à CPC 23/IAS 8 - Definição de Estimativas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023)
A alteração substitui a definição de "mudança de estimativa contábil" por "estimativa contábil".

3.3.4. Alterações à CPC 32/IAS 12 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023
As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS
4.1. Gerenciamento de riscos financeiros
4.1.1. Visão geral
Em decorrência de suas atividades, a Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, os quais são gerenciados em conformidade com as Políticas de Gestão de Riscos Financeiros, de Risco de Contrapartes e Emissoras, de Endividamento Financeiro, de Gestão de Derivativos e de Gestão de Caixa ("Políticas Financeiras"), as quais foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2020.

Os principais fatores considerados pela Administração são:
(i) liquidez;
(ii) crédito;
(iii) taxas de câmbio;
(iv) taxas de juros;
(v) oscilações de preços de commodities; e
(vi) capital.

A Administração foca na geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo, entretanto, em decorrência dos fatores de riscos externos, níveis indesejados de volatilidade podem influenciar a geração de caixa e resultados da Companhia.

A Companhia dispõe de políticas e procedimentos para a gestão dos riscos financeiros, que visam:
(i) reduzir, mitigar ou transferir exposições visando proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção ("riscos de mercado") ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de liquidez") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa estejam expostos;

(ii) estabelecer limites e instrumentos com o objetivo de alocar o caixa da Companhia dentro de parâmetros aceitáveis de exposição de risco de crédito de instituições financeiras; e
(iii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, considerando e se beneficiando de hedges naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente.

As operações financeiras contratadas pela Companhia visam a proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes de suas atividades operacionais.

Instrumentos de hedge são contratados exclusivamente visando proteção e são pautados nos seguintes termos:
(i) proteção do fluxo de caixa contra descasamento de moedas;
(ii) proteção do fluxo de receita para liquidação e juros de dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas; e
(iii) oscilações no preço da celulose ou outros insumos relacionados a produção.

A Tesouraria é a responsável pela identificação, avaliação e busca de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração aprova as políticas financeiras que estabelecem os princípios e normas para a gestão de risco global, as áreas envolvidas nestas atividades, o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e a alocação do excedente de caixa.

A Companhia utiliza os instrumentos financeiros de maior liquidez, e:
(i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (hedge);
(ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e
(iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes.

4.2. Administração de risco de liquidez
A Companhia tem como objetivo manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais.

Em 8 de fevereiro de 2022, a Companhia, por meio de suas controladas Suzano Pulp and Paper Europe S.A. e Suzano International Trade GmbH, visando aprimorar a gestão de liquidez financeira, concluiu a contratação de uma linha de crédito rotativa ("Revolver Credit Facility"), aumentando o total disponível em linhas de crédito rotativo de US\$500.000 para US\$1.275.000.

Do valor total contratado, US\$100.000 têm prazo de disponibilidade até fevereiro de 2024, sendo este valor remanescente da linha já vigente desde fevereiro de 2019, no valor original de US\$500.000. O montante adicional de US\$1.175.000 tem prazo de disponibilidade até fevereiro de 2027 e possui os mesmos custos financeiros da linha vigente até fevereiro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2022, as linhas estavam disponíveis, porém, não utilizadas. A Companhia assinou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") um Contrato de Abertura de Limite de Crédito ("CALC"), um Limite de Crédito Rotativo, no valor de até R\$3.000.000, a serem desembolsados até dezembro de 2026 em investimentos de cunho florestal, social e industrial.

Em 29 de novembro de 2022, houve a primeira liberação do Limite de Crédito de R\$ 400.000 para os projetos Industriais de 2021 e 2022 (nota 18.6.1).

Em 27 de dezembro de 2022, houve a segunda liberação do Limite de Crédito de R\$ 400.000 para os projetos Florestais de 2021 e 2022 (nota 18.6.1).

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram contratados em mercado de balcão e não necessitam de depósito de margens de garantia.

Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço. Os valores apresentados a seguir, representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros e variação cambial, portanto, não podem ser reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

4.3. Políticas contábeis dos empréstimos e financiamentos estão divulgados na nota 18.

A Administração considera que para os demais passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos e por isso não está sendo apresentada a informação dos seus valores justos.

4.4. Administração de risco de liquidez
A Companhia tem como objetivo manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo cumprir com os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido, em geral, em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto às instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa.

O monitoramento da posição de caixa é acompanhado pela Administração da Companhia, por meio de relatórios gerenciais e participação em reuniões de desempenho com frequência determinada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a variação na posição de caixa e aplicações financeiras foi dentro do esperado, sendo que o caixa consolidado gerado na operação foi utilizado em sua maior parte para investimentos e pagamentos de juros e amortizações.

Em 8 de fevereiro de 2022, a Companhia, por meio de suas controladas Suzano Pulp and Paper Europe S.A. e Suzano International Trade GmbH, visando aprimorar a gestão de liquidez financeira, concluiu a contratação de uma linha de crédito rotativa ("Revolver Credit Facility"), aumentando o total disponível em linhas de crédito rotativo de US\$500.000 para US\$1.275.000.

Do valor total contratado, US\$100.000 têm prazo de disponibilidade até fevereiro de 2024, sendo este valor remanescente da linha já vigente desde fevereiro de 2019, no valor original de US\$500.000. O montante adicional de US\$1.175.000 tem prazo de disponibilidade até fevereiro de 2027 e possui os mesmos custos financeiros da linha vigente até fevereiro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2022, as linhas estavam disponíveis, porém, não utilizadas. A Companhia assinou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") um Contrato de Abertura de Limite de Crédito ("CALC"), um Limite de Crédito Rotativo, no valor de até R\$3.000.000, a serem desembolsados até dezembro de 2026 em investimentos de cunho florestal, social e industrial.

Em 29 de novembro de 2022, houve a primeira liberação do Limite de Crédito de R\$ 400.000 para os projetos Industriais de 2021 e 2022 (nota 18.6.1).

Em 27 de dezembro de 2022, houve a segunda liberação do Limite de Crédito de R\$ 400.000 para os projetos Florestais de 2021 e 2022 (nota 18.6.1).

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram contratados em mercado de balcão e não necessitam de depósito de margens de garantia.

Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço. Os valores apresentados a seguir, representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros e variação cambial, portanto, não podem ser reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

4.4.1. Administração de risco de liquidez
A Companhia tem como objetivo manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo cumprir com os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido, em geral, em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto às instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa.

O monitoramento da posição de caixa é acompanhado pela Administração da Companhia, por meio de relatórios gerenciais e participação em reuniões de desempenho com frequência determinada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a variação na posição de caixa e aplicações financeiras foi dentro do esperado, sendo que o caixa consolidado gerado na operação foi utilizado em sua maior parte para investimentos e pagamentos de juros e amortizações.

A Companhia não adota a modalidade de contabilização hedge accounting. Dessa forma, os ganhos e perdas mensurados nas operações com derivativos, estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado e divulgados na nota 27.

A Companhia manteve sua postura conservadora e posição robusta em caixa e aplicações financeiras, bem como sua política de hedge, durante a crise causada pela pandemia da COVID-19 e mesmo tendo havido reflexos no valor justo de seus instrumentos financeiros em decorrência dos efeitos em todas as economias globais, os impactos foram de acordo com os cenários de estresse cambial apresentados nas análises de sensibilidade divulgadas em relatórios anteriores, e medidas foram tomadas em relação aos riscos associados aos instrumentos financeiros, em especial aos riscos de liquidez, crédito e variação cambial, conforme descritos a seguir.

4.1.2. Classificação
Todas as transações com instrumentos financeiros estão reconhecidas contabilmente e classificadas nas seguintes categorias:

Table with columns: Nota, Controladora (31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021), Consolidado (31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021). Rows include Custos amortizados, Valor justo por meio de outros resultados abrangentes, Valor justo por meio do resultado, and Passivos.

1) Não inclui itens não classificados como instrumentos financeiros.

4.1.3. Valor justo dos empréstimos e financiamentos
Os instrumentos financeiros são registrados pelos seus valores contratuais. Os contratos de instrumentos financeiros derivativos, utilizados exclusivamente com a finalidade de proteção, são mensurados ao valor justo.

Para determinação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e liquidados, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos swaps de taxas de juros e índices é calculado com base no valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para as operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares.

Este cálculo é feito com base nas cotações da B3 e ANBIMA para transações de taxas de juros em reais e da British Bankers Association e Bloomberg para transações de taxa London Interbank Offered Rate ("LIBOR"). O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio forward prevalent em suas datas dos balanços, de acordo com as cotações da B3.

Para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado e não para liquidação ou venda forçada, em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de precificação de opções, como Garman-Kohlhagen, e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de bunker de petróleo é obtido com base nas cotações do índice Platts.

O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Companhia se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas de nossas demonstrações financeiras apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

Os valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos, são apresentados a seguir:

Table with columns: Curva de desconto / Metodologia, Controladora (31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021), Consolidado (31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021). Rows include Cotados no mercado secundário, Em moeda estrangeira, Estimados ao valor presente em moeda estrangeira, Em moeda nacional, and Créditos de exportação.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos estão divulgados na nota 18.

A Administração considera que para os demais passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos e por isso não está sendo apresentada a informação dos seus valores justos.

4.2. Administração de risco de liquidez
A Companhia tem como objetivo manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais.

O montante mantido em caixa tem como objetivo cumprir com os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido, em geral, em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto às instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa.

O monitoramento da posição de caixa é acompanhado pela Administração da Companhia, por meio de relatórios gerenciais e participação em reuniões de desempenho com frequência determinada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a variação na posição de caixa e aplicações financeiras foi dentro do esperado, sendo que o caixa consolidado gerado na operação foi utilizado em sua maior parte para investimentos e pagamentos de juros e amortizações.

Em 8 de fevereiro de 2022, a Companhia, por meio de suas controladas Suzano Pulp and Paper Europe S.A. e Suzano International Trade GmbH, visando aprimorar a gestão de liquidez financeira, concluiu a contratação de uma linha de crédito rotativa ("Revolver Credit Facility"), aumentando o total disponível em linhas de crédito rotativo de US\$500.000 para US\$1.275.000.

Do valor total contratado, US\$100.000 têm prazo de disponibilidade até fevereiro de 2024, sendo este valor remanescente da linha já vigente desde fevereiro de 2019, no valor original de US\$500.000. O montante adicional de US\$1.175.000 tem prazo de disponibilidade até fevereiro de 2027 e possui os mesmos custos financeiros da linha vigente até fevereiro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2022, as linhas estavam disponíveis, porém, não utilizadas. A Companhia assinou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") um Contrato de Abertura de Limite de Crédito ("CALC"), um Limite de Crédito Rotativo, no valor de até R\$3.000.000, a serem desembolsados até dezembro de 2026 em investimentos de cunho florestal, social e industrial.

Em 29 de novembro de 2022, houve a primeira liberação do Limite de Crédito de R\$ 400.000 para os projetos Industriais de 2021 e 2022 (nota 18.6.1).

Em 27 de dezembro de 2022, houve a segunda liberação do Limite de Crédito de R\$ 400.000 para os projetos Florestais de 2021 e 2022 (nota 18.6.1).

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram contratados em mercado de balcão e não necessitam de depósito de margens de garantia.

Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço. Os valores apresentados a seguir, representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros e variação cambial, portanto, não podem ser reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

Table with columns: Valor contábil, Valor futuro, Até 1 ano, 1 - 2 anos, 2 - 5 anos, Mais que 5 anos. Rows include Passivos (Forneecedores, Empréstimos, Contas a pagar, etc.) and Consolidado.

Table with columns: Valor contábil, Valor futuro, Até 1 ano, 1 - 2 anos, 2 - 5 anos, Mais que 5 anos. Rows include Passivos (Forneecedores, Empréstimos, Contas a pagar, etc.) and Consolidado.

Table with columns: Valor contábil, Valor futuro, Até 1 ano, 1 - 2 anos, 2 - 5 anos, Mais que 5 anos. Rows include Passivos (Forneecedores, Empréstimos, Contas a pagar, etc.) and Consolidado.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Jornal Correio em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publicidadelegal.correio24horas.com.br/

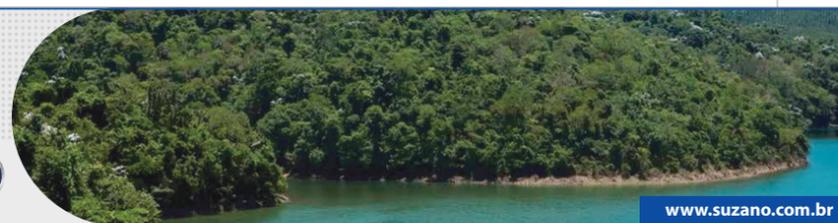
continua →

→ continuação



Suzano S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2022

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

18.1. Abertura por modalidade

Modalidade	Indexador	Encargo médio % a.a.	Circulante		Não circulante		Controladora Total	
			31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Em moeda estrangeira								
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	LIBOR/Fixo			18.387				18.387
Financiamento de ativos	SOFR	3,76	26.755		113.217		139.972	
Outros			2.611				2.611	
			29.366	18.387	113.217		142.583	18.387
Em moeda nacional								
BNDES	TJLP	8,36	55.708	57.091	185.184	238.269	240.892	295.360
BNDES	TLP	12,01	41.640	32.855	1.775.991	703.501	1.817.631	736.356
BNDES	Fixo	4,70	17.627	22.593	4.011	21.574	21.638	44.167
BNDES	SELIC	15,24	67.115	35.086	814.320	782.685	881.435	817.771
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	CDI/IPCA	12,71	1.829.966	1.561.639		1.687.560	1.829.966	3.249.199
NCE ("Nota de Crédito à Exportação")	CDI	12,77	76.463	39.535	1.277.616	1.276.330	1.354.079	1.315.865
NCR ("Nota de Crédito Rural")	CDI	12,74	13.144	7.335	274.127	273.852	287.271	281.187
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	Fixo	8,06	77.694	77.694	1.315.813	1.314.737	1.393.507	1.392.431
Debêntures	CDI	14,21	33.689	21.980	5.421.113	5.418.088	5.454.802	5.440.068
			2.213.046	1.855.808	11.068.175	11.716.596	13.281.221	13.572.404
			2.242.412	1.874.195	11.181.392	11.716.596	13.423.804	13.590.791
Juros sobre financiamento			250.510	211.982			250.510	211.982
Financiamentos captados a longo prazo			1.991.902	1.662.213	11.181.392	11.716.596	13.173.294	13.378.809
			2.242.412	1.874.195	11.181.392	11.716.596	13.423.804	13.590.791

Modalidade	Indexador	Encargo médio % a.a.	Circulante		Não circulante		Consolidado Total	
			31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Em moeda estrangeira								
BNDES	UMBNDIS	5,22	11.207	14.399		11.952	11.207	26.351
Bonds	Fixo	4,99	907.059	972.053	43.218.286	46.253.007	44.125.345	47.225.060
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	LIBOR/Fixo	5,69	156.156	818.896	16.779.064	17.916.691	16.935.220	18.735.587
Financiamento de ativos	SOFR	3,76	26.755		113.217		139.972	
Outros			5.980	782			5.980	782
			1.107.157	1.806.130	60.110.567	64.181.650	61.217.724	65.987.780
Em moeda nacional								
BNDES	TJLP	8,36	69.495	67.499	246.004	312.077	315.499	379.576
BNDES	TLP	12,01	41.640	32.854	1.775.991	703.502	1.817.631	736.356
BNDES	Fixo	4,70	18.666	24.672	4.011	22.611	22.677	47.283
BNDES	SELIC	15,24	67.115	35.086	814.320	782.685	881.435	817.771
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	CDI/IPCA	12,71	1.829.966	1.561.639		1.687.560	1.829.966	3.249.199
NCE ("Nota de Crédito à Exportação")	CDI	12,77	76.463	39.535	1.277.616	1.276.330	1.354.079	1.315.865
NCR ("Nota de Crédito Rural")	CDI	12,74	13.144	7.335	274.127	273.852	287.271	281.187
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	Fixo	8,06	77.694	77.694	1.315.813	1.314.737	1.393.507	1.392.431
Debêntures	CDI	14,21	33.689	21.980	5.421.113	5.418.088	5.454.802	5.440.068
Outros (menos valia de combinação de negócios)				(18.887)				(18.887)
			2.227.872	1.849.407	11.128.995	11.791.442	13.356.867	13.640.849
			3.335.029	3.655.537	71.239.562	75.973.092	74.574.591	79.628.629
Juros sobre financiamento			1.238.623	1.204.490			1.238.623	1.204.490
Financiamentos captados a longo prazo			2.096.406	2.451.047	71.239.562	75.973.092	73.335.968	78.424.139
			3.335.029	3.655.537	71.239.562	75.973.092	74.574.591	79.628.629

18.2. Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
No início do exercício	13.590.791	14.885.298	79.628.629	72.899.882
Captações líquidas de custo de transação, ágio e deságio	1.234.263	200.000	1.335.715	16.991.962
Juros apropriados	1.348.306	767.802	4.007.737	3.207.278
Prêmio sobre a liquidação antecipada		32.933		260.289
Variações monetárias e cambiais, líquidas	212.800	206.671	(3.949.020)	4.847.320
Pagamento de principal	(1.669.915)	(1.799.926)	(2.517.934)	(15.469.423)
Pagamento de juros	(1.309.979)	(707.715)	(4.019.072)	(2.953.573)
Pagamento de prêmio sobre a liquidação antecipada		(32.933)		(260.289)
Amortização de custo de transação, ágio e deságio	17.538	42.301	69.649	103.246
Outras (menos valia de combinação de negócios)		(3.640)	18.887	1.937
No fim do exercício	13.423.804	13.590.791	74.574.591	79.628.629

18.3. Cronograma de vencimentos - não circulante

	Controladora					2029 em diante	Total
	2024	2025	2026	2027	2028		
Em moeda estrangeira							
Financiamento de ativos	27.608	28.541	29.495	27.573			113.217
	27.608	28.541	29.495	27.573			113.217
Em moeda nacional							
BNDES - TJLP	22.230	77.991	81.470	3.493			185.184
BNDES - TLP	40.092	59.421	80.203	139.729	136.897	1.319.649	1.775.991
BNDES - Fixo	4.011						4.011
BNDES - Selic	56.665	203.766	203.811	26.309	26.355	297.414	814.320
NCE ("Nota de crédito à exportação")		640.800	636.816				1.277.616
NCR ("Nota de Crédito Rural")		137.500	136.627				274.127
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	1.315.813						1.315.813
Debêntures	1.438.811	2.340.550	2.332.422	748.141			5.421.113
	1.466.419	3.488.569	3.500.844	197.104	911.393	1.617.063	11.068.175
	1.466.419	3.488.569	3.500.844	197.104	911.393	1.617.063	11.181.392

	Controladora					2029 em diante	Total
	2024	2025	2026	2027	2028		
Em moeda estrangeira							
Bonds	1.760.338	2.711.346	3.617.556	2.569.490			32.559.556
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	1.971.131	5.716.280	5.043.763	4.047.890			16.779.064
Financiamento de ativos	27.608	28.541	29.495	27.573			113.217
	1.998.739	7.505.159	7.784.604	7.693.019	2.569.490		60.110.567
Em moeda nacional							
BNDES - TJLP	47.976	98.193	85.038	7.060	3.573	4.164	246.004
BNDES - TLP	40.092	59.421	80.203	139.729	136.897	1.319.649	1.775.991
BNDES - Fixo	4.011						4.011
BNDES - Selic	56.665	203.766	203.811	26.309	26.355	297.414	814.320
NCE ("Nota de crédito à exportação")		640.800	636.816				1.277.616
NCR ("Nota de Crédito Rural")		137.500	136.627				274.127
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	1.315.813						1,315.813
Debêntures	1.464.557	2.340.550	2.332.422	748.141			5.421.113
	3.463.296	3.480.230	3.474.917	173.098	914.966	1.621.227	11.128.995
	3.463.296	3.488.569	3.500.844	173.098	914.966	1.621.227	11.128.995

18.4. Abertura por moeda

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Real	13.347.244	13.629.978
Dólar dos Estados Unidos da América	61.216.140	65.972.300
Cesta de moedas	11.207	26.351
	74.574.591	79.628.629

18.5. Custos de captação

O custo de captação é amortizado com base nas vigências dos contratos e taxa de juros efetiva.

Modalidade	Consolidado Saldo a amortizar			
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Bonds	434.970	224.148	210.822	261.006
CRA e NCE	125.222	114.384	10.838	21.606
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	191.710	116.190	75.520	110.817
Debêntures	24.467	14.483	9.984	13.012
BNDES	63.588	51.572	12.016	13.473
Outros	18.147	17.274	873	1.148
	858.104	538.051	320.053	421.062

18.6. Operações relevantes contratadas no exercício

18.6.1. BNDES

Em 29 de março de 2022, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R\$243.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP"), mais juros fixos de 2,33% a.a., com 2 (dois) anos de carência de principal e vencimento em maio de 2036. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial.

Em 29 de setembro de 2022, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R\$50.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP"), mais juros fixos de 1,77% a.a., com 7 (sete) anos de carência de principal e vencimento em novembro de 2034. Os recursos foram destinados a projetos da área florestal.

Em 29 de novembro de 2022, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R\$400.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP"), mais juros fixos de 1,75% a.a., com 2 (dois) anos de carência de principal e vencimento em outubro de 2042. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial.

Em 27 de dezembro de 2022, a Companhia captou junto ao BNDES o valor de R\$400.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP"), mais juros fixos de 1,65% a.a., com 7 (sete) anos de carência de principal e vencimento em dezembro de 2037. Os recursos foram destinados a projetos da área florestal.

18.6.2. Export Credit Supported Facility

Em 1º de novembro de 2022, a Companhia obteve uma nova linha de crédito (Export Credit Supported Facility) que será financiada pela Finnish Export Credit - FEC e garantida pela Finnvera, agência finlandesa de crédito à exportação, no montante de até US\$800.000, ou o equivalente em euros na data em que o crédito for utilizado. O custo financeiro da nova linha de crédito é de 4,63% a.a., com prazo total de amortização de 10 (dez) anos, a ser iniciado em 2025. Os recursos serão destinados ao Projeto Cerrado. Até 31 de dezembro de 2022, a linha não havia sido utilizada pela Companhia.

18.6.3. International Finance Corporation (IFC) A&B Loan - Sustainability Linked Loan (SLL)

Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu a contratação de uma nova linha de crédito ("A&B Loan") que será financiada pelo International Finance Corporation (IFC) e um sindicato de bancos comerciais, em um montante total de US\$600.000.

O financiamento é composto pelas seguintes partes: (i) "A-loan", no montante de US\$250.000 com recursos próprios do IFC, ao custo de Term SOFR + 1,80% a.a. e prazo total de

→ continuação



Suzano S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2022



www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

21.2. Planos de benefícios definidos

A Companhia tem como política de recursos humanos, oferecer assistência médica e seguro de vida, adicionalmente ao plano de aposentadoria complementar, sendo os valores apurados por meio de cálculo atuarial e reconhecidos no resultado, conforme detalhado a seguir.

21.2.1. Assistência médica

A Companhia garante cobertura de custos com programa de assistência médica para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2007, bem como para seus cônjuges e dependentes até completar a maioridade.

Para outro determinado grupo de ex-funcionários que, excepcionalmente por critério e deliberação da Companhia, ou segundo critérios e direitos associados ao cumprimento da legislação pertinente, a Companhia assegura o programa de assistência médica.

Os principais riscos atuariais associados são: (i) redução da taxa de juros (ii) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade (iii) rotatividade superior à esperada e (iv) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

21.2.2. Seguro de vida

A Companhia oferece o benefício do seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2005 nas unidades de Suzano e escritório administrativo de São Paulo e que não optaram pelo plano de aposentadoria complementar.

Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) redução da taxa de juros e (ii) mortalidade superior à esperada.

21.2.3. Movimentação do passivo atuarial

As movimentações das obrigações atuariais preparadas com base em laudo atuarial estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo no início do exercício	665.552	774.711	675.158	785.045
Juros sobre passivo atuarial	57.656	54.216	59.258	55.849
Perda (ganho) atuarial	3.182	(117.353)	12.231	(119.642)
Varição cambial			(577)	37
Benefícios pagos	(54.493)	(46.022)	(54.646)	(46.131)
Saldo no final do exercício	671.897	665.552	691.424	675.158

21.2.4. Hipóteses atuariais econômicas e biométricas

As principais hipóteses e dados biométricos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Econômicas		
Taxa de desconto nominal - plano médico e seguro de vida	10,07% a.a.	8,92% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos	6,86% a.a.	6,61% a.a.
Inflação econômica	3,50% a.a.	3,25% a.a.
Fator de envelhecimento	0 a 24 anos: 1,50% a.a. 25 a 54 anos: 2,50% a.a. 55 a 79 anos: 4,50% a.a.	0 a 24 anos: 1,50% a.a. 25 a 54 anos: 2,50% a.a. 55 a 79 anos: 4,50% a.a.
Acima de 80 anos: 2,50% a.a.	Acima de 80 anos: 2,50% a.a.	Acima de 80 anos: 2,50% a.a.
Biométricas		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Rotatividade	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Outras		
Idade de aposentadoria	65 anos	65 anos
Composição familiar	Homem 4 anos + velho e 90% casados	Homem 4 anos + velho e 90% casados
Permanência no plano	100%	100%

21.2.5. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios são demonstradas a seguir:

	Taxa de desconto	Taxa de crescimento dos custos médicos
0,50%	33.995	1,00%
		69.755

21.2.6. Previsão de pagamentos e duração média das obrigações

Os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros (10 anos) a partir da obrigação dos benefícios concedidos são demonstrados a seguir:

Pagamentos	Assistência médica e seguro de vida
2023	44.330
2024	47.488
2025	50.675
2026	54.003
2027	57.340
2028 a 2032	336.825

22. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

A Companhia tem 3 (três) planos de remuneração de longo prazo baseados em ações, sendo (i) Plano de ações fantasmas ("Phantom Shares - PS"), (ii) Plano de apreciação do valor das ações ("Share Appreciation Rights - SAR"), ambos liquidados em moeda corrente e (iii) ações restritas, liquidado em ações.

A características e os critérios de mensuração de cada plano oferecido pela Companhia, estão divulgados a seguir.

22.1. Plano de remuneração de longo prazo ("PS e SAR")

Determinados executivos e membros chave da Administração possuem plano de remuneração de longo prazo atrelado ao preço da ação com liquidação em dinheiro.

No plano PS, o beneficiário não faz investimento e no plano SAR, o beneficiário deverá investir 5% (cinco) do valor total correspondente ao número de opções de ações fantasmas no momento da outorga e 20% (vinte) após 3 (três) anos para efetivar a aquisição da ação. Também outorgamos planos de remuneração de longo prazo para membros chaves da Companhia como forma de retenção.

O prazo de carência e de vencimento dos planos podem variar de 3 (três) até 5 (cinco) anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano.

O valor da ação é mensurado com base na média da cotação das ações dos últimos 90 pregões a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da outorga. Para o SAR, a mensuração também considera o Total Shareholder Return ("TSR"), utilizado para medir o desempenho de ações de diferentes empresas em certo intervalo de tempo, combinando o preço da ação para demonstrar o retorno proporcionado ao acionista. As parcelas destes planos são reajustadas com base na variação da cotação das ações SUZB3 na B3, entre a data de outorga e a data de pagamento. Nas datas em que não ocorra negociação das ações SUZB3, prevalecerá o valor da última negociação.

As opções de ações fantasmas somente serão pagas, caso o beneficiário mantenha o vínculo empregatício na data do pagamento. No caso de rescisão pelo beneficiário, antes de completar o prazo de carência, o mesmo perde o direito ao recebimento de todos os valores, exceto, quando estabelecido de outra forma em contrato.

A movimentação está apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
No início do exercício	5.415.754	5.772.356
Outorgadas	4.152.200	1.906.343
Exercidas (1)	(1.474.506)	(1.860.334)
Exercidas por desligamento (1)	(175.552)	(86.196)
Abandonadas / prescritas por desligamento	(334.711)	(316.415)
No final do exercício	7.583.185	5.415.754

1) O preço médio das ações exercidas e exercidas por desligamento, no exercício findo em 31 de dezembro 2022 foi de R\$ 48,79 (quarenta e oito reais e setenta e nove centavos) (R\$60,30 (sessenta reais e trinta centavos) em 31 de dezembro de 2021).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a posição consolidada dos planos de opções de ações fantasmas em aberto estão apresentadas a seguir:

Programa	Data da outorga	Data da carência	31 de dezembro de 2022	
			Valor justo na outorga (1)	Quantidade de opções outorgadas em aberto
Diferimento 2018	01/03/2019	01/03/2023	R\$ 41,10	74.101
Diferimento 2020	01/03/2021	01/03/2024	R\$ 57,88	280.408
Diferimento 2020	01/03/2021	03/03/2025	R\$ 57,88	280.408
Diferimento 2021 36	01/03/2022	01/03/2025	R\$ 56,52	675.021
Diferimento 2021 48	01/03/2022	01/03/2026	R\$ 56,52	164.951
ILP - Retenção 2020 - 36 OUT	01/10/2020	01/10/2023	R\$ 38,79	33.289
ILP - Retenção 2021 - 36 out	01/10/2021	01/10/2024	R\$ 58,05	2.524
ILP 2019 - 48 H	25/03/2019	25/03/2024	R\$ 42,19	7.857
ILP 2019 - 48 Out	01/10/2019	01/10/2023	R\$ 31,75	12.258
ILP 2020 - 36 Abr	01/04/2020	01/04/2023	R\$ 38,50	46.531
ILP 2020- 48 Condição A	01/05/2020	30/04/2024	R\$ 38,34	623.380
ILP 2020- 48 Condição B	01/05/2020	30/04/2024	R\$ 38,34	133.581
ILP 2020- 48 Condição C	01/05/2020	30/04/2024	R\$ 38,34	133.581
ILP 2021 - 24	01/03/2021	01/03/2023	R\$ 56,10	6.285
ILP 2021 - 36	01/03/2021	01/03/2024	R\$ 56,10	6.285
ILP 2021 - abr.23_24	16/12/2021	03/04/2023	R\$ 54,81	10.511
ILP 2021 - abr.23_24	16/12/2021	01/04/2024	R\$ 54,81	10.511
ILP 2021 -24 Maio	01/05/2021	01/05/2023	R\$ 67,91	654
ILP 2021 36 - Abr	01/04/2021	01/04/2024	R\$ 64,12	220.007
ILP 2021 -36 Maio	01/05/2021	01/05/2024	R\$ 67,91	1.177
ILP 2021 -48 Abr	01/04/2021	01/04/2025	R\$ 64,12	220.007
ILP Hiring/Retention Bônus 2020 - 36 Out	01/10/2020	01/10/2023	R\$ 43,14	7.285
ILP Retenção 2020 - Premiação	01/10/2020	01/10/2023	R\$ 43,14	4.796
ILP Retenção 2021 - Agosto	02/08/2021	01/08/2024	R\$ 63,73	3.969
ILP Retenção 2021 - Julho	01/07/2021	01/07/2024	R\$ 67,72	8.516
PLUS 2019	01/04/2019	01/04/2024	R\$ 42,81	5.705
SAR 2018	02/04/2018	02/04/2023	R\$ 21,45	4.511
SAR 2019	01/04/2019	01/04/2024	R\$ 42,81	153.725
SAR 2020	01/04/2020	01/04/2025	R\$ 38,50	661.714

Programa	Data da outorga	Data da carência	31 de dezembro de 2022	
			Valor justo na outorga (1)	Quantidade de opções outorgadas em aberto
SAR 2021	01/04/2021	01/04/2026	R\$ 64,12	747.249
SAR 2022	01/04/2022	01/04/2027	R\$ 58,64	1.775.750
ILP Retenção 2022	17/01/2022	17/01/2025	R\$ 55,18	22.700
ILP Retenção 2022	17/01/2022	17/01/2026	R\$ 55,18	22.700
ILP Retenção 2022	17/01/2022	17/01/2027	R\$ 55,18	22.699
ILP Retenção 2022	01/04/2022	01/04/2025	R\$ 58,64	29.490
ILP Retenção 2022	01/04/2022	01/04/2024	R\$ 58,64	13.238
ILP Retenção 2022	02/06/2022	02/06/2023	R\$ 55,43	1.866
ILP Retenção 2022	02/06/2022	02/06/2024	R\$ 55,43	1.866
ILP Retenção 2022	02/06/2022	02/06/2025	R\$ 55,43	1.923
ILP Retenção 2022	01/08/2022	01/08/2025	R\$ 51,00	3.832
ILP Retenção 2022	01/10/2022	01/04/2026	R\$ 47,71	148.687
ILP Retenção 2022	01/10/2022	01/04/2027	R\$ 47,71	43.918
ILP Retenção 2022 - Executivo	01/04/2022	01/04/2025	R\$ 58,64	953.719
				7.583.185

1) Valores expressos em Reais.

22.2. Plano de ações restritas

A Companhia também oferece plano de ações restritas baseado no desempenho da Companhia (Programa Ações Restritas). Este plano associa a quantidade de ações restritas outorgadas ao desempenho da Companhia, que em 2022 foi em relação às metas de geração de caixa operacional e ESG. A quantidade de ações restritas é definida em termos financeiros, sendo posteriormente convertida em ações com base nos últimos 60 pregões antecedentes a 31 de dezembro de 2022 da SUZB3 na B3.

Após a medição das metas que ocorre 12 meses posteriores a celebração do contrato, as ações restritas serão outorgadas imediatamente (condicionadas ao atingimento das metas estabelecidas), pois não possuem período de carência (vesting period). No entanto, os beneficiários da outorga devem atender ao período de lockup de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual não poderão comercializar as ações.

Caso os beneficiários deixem a Companhia, antes do término do exercício fiscal de referência para a medição das metas, perderão direito à outorga de ações restritas.

A posição do plano é apresentada a seguir:

Programa	Data da celebração do contrato	Data da outorga	Preço na data de outorga	Ações outorgadas	Término do período de lockup
2020	02/01/2020	02/01/2021	R\$51,70	106.601	02/01/2024
2021	02/01/2021	02/01/2022	R\$53,81	108.010	02/01/2025
2022	02/01/2022	02/01/2023	R\$52,00	102.600	02/01/2026
				317.211	

Em 31 de março de 2022, o Programa 2018 teve seu período de lockup concluído e dessa forma, a outorga de 130.435 ações foi realizada em contrapartida as ações em tesouraria (nota 25.5).

22.3. Saldos patrimoniais e de resultado

Os planos de opções de ações fantasmas por serem liquidados em caixa, tem o seu valor justo mensurado ao término de cada período, com base no método Monte Carlo ("MMC"). O valor justo é multiplicado pelo TSR observado no período, o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB3 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil.

O plano de ações restritas considera as seguintes premissas:

- (i) a expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, considerando o tempo remanescente para completar o período de aquisição e a volatilidade histórica dos retornos, utilizando o modelo GARCH de cálculo de volatilidade;
- (ii) a expectativa de vida média das ações fantasmas e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;
- (iii) a expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia; e
- (iv) a taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em Reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

Os valores correspondentes aos serviços recebidos e reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Passivo e Patrimônio líquido		Consolidado Resultado e Patrimônio líquido	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Passivo não circulante				
Provisão com plano de ações fantasmas	162.117	166.998	(75.542)	(94.897)
Patrimônio líquido				
Opções de ações outorgadas	20.790	15.455	(5.335)	(4.843)
Ações outorgadas	(2.365)		2.365	
	18.425	15.455	(2.970)	(4.843)
			(78.512)	(99.740)

23. CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÃO DE ATIVOS E CONTROLADAS

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Aquisição de controladas	1.758.365	
Vitex/Parkia (1)	1.758.365	
Combinação de negócios		
Facepa (2)	42.655	40.863
Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações ("VFFIP") (3)	261.302	365.089
	303.957	405.952
	2.062.322	405.952
Circulante	1.856.763	99.040
Não circulante	205.559	306.912

1) Em 22 de junho de 2022, a Companhia adquiriu a totalidade das ações das sociedades da estrutura Parkia, pelo montante de US\$667 milhões (equivalente a R\$3.444.255 na data da assinatura do contrato), mediante pagamento de US\$330 milhões (equivalente a R\$1.704.054 na data da transação) e o saldo remanescente a ser pago em 22 de junho de 2023 (nota 1.2.4).

2) Adquirido em março de 2018, pelo montante de R\$307.876, mediante pagamento de R\$267.876 e o saldo remanescente atualizado pelo IPCA, ajustado pelas possíveis perdas incorridas até a data de pagamento, com vencimentos em março de 2023 e março de 2028.

3) Em agosto de 2014, a Companhia adquiriu a Vale Florestar S.A., por meio da VFFIP, pelo montante de R\$528.941, mediante pagamento de R\$44.998 e saldo remanescente com vencimentos até agosto de 2029. As liquidações anuais, efetuadas no mês de agosto, estão sujeitas a juros e atualizadas pela variação da taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos da América e parcialmente atualizada pelo IPCA.

24. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO - CONSOLIDADO

No curso normal de seus negócios, a Companhia celebra contratos de longo prazo na modalidade take or pay com fornecedores de produtos químicos, transporte e gás natural. Os contratos prevêm cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais. Geralmente, é adquirido o mínimo acordado contratualmente e por essa razão não existem passivos registrados em adição ao montante que é reconhecido mensalmente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, esses compromissos de longo prazo totalizam R\$14.875.422 por ano (R\$13.488.327 por ano em 31 de dezembro de 2021).

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Suz

→ continuação


suzano
Suzano S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

 DEMONSTRAÇÕES
 FINANCEIRAS
 2022

www.suzano.com.br
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios, em consonância ao item (ii) acima, bem como, as reservas, conforme apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2022
EBITDA Contábil	29.630.671
Itens não recorrentes e/ou não caixa	(1.435.769)
EBTIDA Ajustado	28.194.902
Capex Manutenção (Sustain)	(5.631.234)
GCO = EBITDA Ajustado - Capex Manutenção	22.563.668
Dividendos (10%) - Art. 26º, "c" do Estatuto Social (ii)	2.256.367
Dividendos antecipados/intercalares (i)	2.350.000
Dividendos adicionais (ii)	(93.633)

(i) Em 2 de dezembro de 2022, conforme aviso aos acionistas, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares pela Companhia, no montante total de R\$2.350.000, à razão de R\$1,794780909 por ação, considerando o número de ações "ex-tesouraria", relacionado aos lucros apurados em 2022. O pagamento dos dividendos intercalares foi efetuado em 27 de dezembro de 2022, em Reais.

(ii) O pagamento antecipado dos dividendos relacionados ao exercício de 2022 no valor de R\$2.350.000, foi imputado aos dividendos mínimos obrigatórios apurados ao final do exercício, no valor de R\$2.256.367, e inclui o dividendo adicional proposto de R\$93.633.

Conforme divulgado na nota 1.2.2, a Companhia aprovou em 7 de janeiro de 2022, o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$1.000.000, pagos em 27 de janeiro de 2022, os quais foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Conforme divulgado na nota 1.2.3, a Companhia aprovou em 26 de abril de 2022, o pagamento de dividendos complementares no montante de R\$799.903, pagos em 13 de maio de 2022, os quais foram imputados às reservas de lucros de exercícios anteriores.

25.3. Reservas
25.3.1. Reservas de capital

São constituídas por valores recebidos pela Companhia decorrentes de transações com acionistas e que não transitam pela demonstração de resultado, bem como podem ser utilizadas para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros e resgate, reembolso e compra de ações.

25.3.2. Reservas de lucro

São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir:

(i) legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e limitado a 20% do capital social, considerando que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício social para a reserva legal. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa reserva é de R\$1.404.099 e em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva era de R\$235.019.

(ii) Para aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e aos dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa reserva é de R\$19.732.050 e em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva era de R\$2.513.663.

(iii) estatutária especial: constituída na base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e objetiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa reserva é de R\$2.192.442 e em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva era de R\$279.344.

(iv) incentivos fiscais: constituída nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e por proposta dos órgãos da administração, destinará a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, sendo excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Em determinação do artigo 30 da Lei nº 12.973/14 e do artigo 19 do Decreto nº 1.598/77, a Companhia, pelo lucro apurado no exercício, constituiu sua reserva de incentivos fiscais, incluindo os incentivos que (i) foram absorvidos com prejuízo (ii) teriam sido reconhecidos nos exercícios anteriores, caso tivesse apurado lucro e (iii) do exercício corrente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa reserva é de R\$879.278 e em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva era de R\$812.909.

Em virtude do saldo acumulado de reserva de lucros superar os limites estabelecidos no estatuto da Companhia, haverá na próxima assembleia a deliberação do saldo excessivo.

25.4. Ajuste de avaliação patrimonial

São alterações que ocorrem no patrimônio líquido oriundas de transações e outros eventos que não são originados com os acionistas e é apresentado líquido dos efeitos tributários, conforme a seguir:

	Conversão de debêntures 5ª emissão	Efeito cambial e valor justo de ativos financeiros	Perdas atuariais	Efeito cambial em investimento no exterior	Custo atribuído	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(45.746)	(216.155)	6.511	207.130	2.178.204	2.129.944
Ganho atuarial		78.964				78.964
Ganho na conversão do ativo financeiro a valor justo				1.333		1.333
Ganho na conversão de operações no exterior				45.181		45.181
Realização parcial do custo atribuído, líquido de efeitos tributários					(140.515)	(140.515)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(45.746)	(137.191)	7.844	252.311	2.037.689	2.114.907
Perda atuarial		(7.608)				(7.608)
Perda na conversão do ativo financeiro a valor justo				(5.681)		(5.681)
Perda/realização na conversão de operações no exterior				(249.093)		(249.093)
Realização parcial do custo atribuído, líquido de efeitos tributários					(133.009)	(133.009)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(45.746)	(144.799)	2.163	3.218	1.904.680	1.719.516

25.5. Ações em tesouraria

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 51.911.569 ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria (12.042.004 em 31 de dezembro de 2021), com custo médio de R\$40,84 (quarenta Reais e oitenta e quatro centavos) por ação, com valor histórico de R\$2.120.324 (R\$218.265 em 31 de dezembro de 2021) e de mercado correspondente à R\$2.504.214 (R\$723.845 em 31 de dezembro de 2021). Esta variação é decorrente da realização dos Programas de Recompra Maio e Julho/2022. Adicionalmente, por meio de fato relevante de 27 de outubro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou novo Programa de Recompra de até 20.000.000 de ações ordinárias de sua própria emissão (Programa Outubro/2022), com prazo máximo para realização de aquisição de até 18 meses.

Em 4 de maio de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Programa de Recompra ("Programa Maio/2022") de até 20.000.000 de ações ordinárias de sua própria emissão. O Programa Maio/2022, foi encerrado em 3 de agosto de 2022, por meio do qual recomprou a totalidade das ações previstas ao custo médio de R\$48,33 (quarenta e oito Reais e três centavos), com valor de mercado correspondente à R\$966.600.

Em 27 de julho de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou um novo Programa de Recompra de ações ("Programa Julho/2022") de até 20.000.000 de ações ordinárias de sua própria emissão. O Programa Julho/2022 foi encerrado em 27 de setembro de 2022, por meio do qual recomprou a totalidade das ações previstas ao custo médio de R\$46,84 (quarenta e seis Reais e oitenta e quatro centavos), com valor de mercado correspondente à R\$936.800.

Os programas de recompra de ações totalizaram R\$1.903.400 de valor de mercado, acrescidos dos custos de transação de R\$1.024, com desembolso total de R\$1.904.424.

Em 31 de março de 2022, a Companhia outorgou 130.435 ações ordinárias ao custo médio de R\$39,10 (trinta e nove Reais e dez centavos) por ação, com valor histórico de R\$5,100, para o cumprimento do Programa 2018 do plano de ações restritas (nota 22.2).

	Quantidade	Custo médio por ação	Valor histórico	Valor de mercado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.042.004	18,13	218.265	704.939
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12.042.004	18,13	218.265	723.845
Realização no plano de ações restritas	(130.435)	18,13	(2.365)	8.156
Recompra	40.000.000	47,61	1.904.424	1.904.424
Saldo em 31 de dezembro de 2022	51.911.569	40,84	2.120.324	2.504.214

25.6. Destinação do resultado

	% limite sobre o capital social	Destinação do resultado		Saldo de reservas	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Realização do custo atribuído, líquido de efeitos tributários		(133.009)	(140.515)		
Reserva de incentivos fiscais		66.871	812.909	879.278	812.909
Reserva legal	20%	1.169.080	235.019	1.404.099	235.019
Reserva para aumento de capital	80%	17.937.885	2.513.663	19.732.050	2.513.663
Reserva estatutária especial		1.993.098	279.295	2.192.442	279.344
Reserva de capital				18.425	15.455
Reversão de dividendos prescritos		(2.308)			
Reserva destinada à distribuição de dividendos			86.889		86.889
Dividendo adicional proposto		93.633			
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		2.256.367	913.111	24.226.294	3.943.279
		23.381.617	4.700.371	24.226.294	3.943.279

26. RESULTADO POR AÇÃO
26.1. Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Resultado atribuível aos acionistas controladores	23.381.617	8.626.386
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício - em milhares	1.361.264	1.361.264
Média ponderada das ações em tesouraria - em milhares	(31.043)	(12.042)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação - em milhares	1.330.221	1.349.222
Resultado básico por ação ordinária - R\$	17,57724	6,39360

26.2. Diluído

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da média ponderada das ações ordinárias em circulação, presumindo-se a conversão de todas as ações ordinárias que causariam a diluição.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Resultado atribuível aos acionistas controladores	23.381.617	8.626.386
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício (exceto ações em tesouraria) - em milhares	1.330.221	1.349.222
Prêmio sobre liquidação antecipada	317	327
Número médio de ações potenciais (opções de compra de ações) - em milhares	1.330.538	1.349.549
Média ponderada da quantidade de ações (diluída) - em milhares	17,57305	6,39205

27. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Despesas financeiras	(988.899)	(749.178)	(3.648.330)	(3.188.654)
Juros sobre empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	(3.061.408)	(2.843.746)		(260.289)
Juros sobre empréstimos e financiamentos - partes relacionadas		(32.933)		(107.239)
Prêmio sobre liquidação antecipada		(17.728)	(69.881)	(560.619)
Amortização de custos de transação, ágio e deságio ⁽²⁾	(427.113)	(554.388)	(433.613)	(5.543)
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento		(192.942)	(18.887)	(98.957)
Amortização de mais valia		(4.268.491)	(4.590.370)	(4.221.301)
Outras		(45.945)	(419.659)	(98.957)
Receitas financeiras	588.054	165.765	818.780	205.574
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		9.110		57.872
Amortização de mais valia	91.063	50.829	148.230	272.556
Juros sobre outros ativos	679.117	225.704	967.010	967.010
Instrumentos financeiros derivativos	11.961.959	5.582.352	11.969.288	5.582.352
Receitas	(5.201.997)	(7.178.767)	(5.207.721)	(7.180.014)
Despesas	6.759.962	(1.596.415)	6.761.567	(1.597.662)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(212.800)	(206.671)	3.949.200	(4.847.320)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.440.342	(5.140.790)		(1.944.241)
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	180.904	(194.248)	186.241	(1.240.908)
Arrendamento	(111.868)	799.284	(840.668)	(3.800.827)
Outros ativos e passivos ⁽³⁾	4.296.578	(4.742.425)	3.294.593	(9.348.273)
Resultado financeiro, líquido	7.047.567	(10.381.627)	6.432.800	(9.347.234)

1) Não inclui R\$359.407 na controladora e no consolidado referente a custos de empréstimos capitalizados, relacionado, substancialmente, ao imobilizado em andamento do projeto Cerrado (não inclui R\$18.624 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2021).

2) Inclui despesa de R\$190 no controlador e R\$232 no consolidado referente a custos de transação com empréstimos e financiamentos que foram reconhecidos diretamente no resultado (R\$3.993 no consolidado em 31 de dezembro de 2021).

3) Incluem efeitos das variações cambiais de clientes, fornecedores, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Receita bruta de vendas	33.175.601	29.542.883	59.550.422	48.479.827
Deduções	(87.503)	(68.652)	(91.291)	(69.764)
Devoluções e cancelamentos	(190.871)	(126.456)	(7.459.520)	(5.717.412)
Descontos e abatimentos	32.897.227	29.347.775	51.999.613	42.692.651
Impostos sobre vendas	(2.141.526)	(1.710.900)	(2.168.667)	(1.727.220)
Receita líquida	30.755.701	27.636.875	49.830.946	40.965.431

28. RECEITA LÍQUIDA

28.1. Critérios de identificação dos segmentos operacionais

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva Estatutária avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio através do EBITDA.

Os segmentos operacionais definidos pela Administração são os seguintes:

→ continuação

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2022

www.suzano.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

30. RECEITAS (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Custo dos produtos vendidos ⁽¹⁾				
Gastos com pessoal	(1.263.957)	(1.120.507)	(1.467.896)	(1.174.460)
Custos com matérias-primas, materiais e serviços	(11.069.172)	(8.085.150)	(11.463.862)	(8.731.670)
Custos logísticos	(3.782.269)	(3.323.122)	(4.795.161)	(4.328.046)
Depreciação, exaustão e amortização	(6.135.708)	(5.565.172)	(6.406.610)	(5.988.248)
Outros ⁽²⁾	(772.854)	(530.217)	(687.759)	(393.164)
	(23.023.960)	(18.624.168)	(24.821.288)	(20.615.588)
Despesas com vendas				
Gastos com pessoal	(159.209)	(150.794)	(244.681)	(219.590)
Serviços	(94.279)	(76.510)	(146.184)	(121.568)
Despesas com logística	(396.692)	(312.497)	(1.065.416)	(947.551)
Depreciação e amortização	(949.407)	(943.071)	(951.626)	(944.361)
Outros ⁽³⁾	(56.618)	(47.770)	(75.287)	(58.652)
	(1.656.205)	(1.530.642)	(2.483.194)	(2.291.722)
Despesas gerais e administrativas				
Gastos com pessoal	(860.673)	(820.109)	(1.039.733)	(984.513)
Serviços	(317.333)	(270.622)	(378.986)	(330.727)
Depreciação e amortização	(91.197)	(92.848)	(101.764)	(103.867)
Outros ⁽⁴⁾	(152.149)	(129.981)	(189.284)	(158.802)
	(1.421.352)	(1.313.560)	(1.709.767)	(1.577.909)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				
Aluguéis e arrendamentos	2.164	3.321	2.164	3.321
Resultado na venda de outros produtos, líquido	(12.356)	(1.722)	58.880	31.865
Resultado na alienação e baixa de ativos imobilizado, intangível e biológico, líquido ⁽⁵⁾	1.738	512.207	(509)	413.052
Resultado na atualização do valor justo do ativo biológico	1.163.107	689.937	1.199.759	763.091
Amortização de mais valia ⁽⁶⁾	(50.373)	(126.194)	52.110	(5.187)
Créditos tributários - ICMS na base do PIS/COFINS ⁽⁷⁾	(1.324)	441.880	(1.324)	441.880
Provisão para passivos judiciais ⁽⁸⁾	(145.504)		(156.243)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(35.834)	102	(33.121)	45
	921.618	1.519.531	1.121.716	1.648.067

- Inclui R\$525.882 na controladora e no consolidado, referentes aos gastos com parada de manutenção (R\$227.562 na controladora e no consolidado, em 31 de dezembro de 2021).
- Inclui R\$ 249.499 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 342.882 em 31 de dezembro de 2021) de efeito da eliminação do lucro dos estoques a realizar nas vendas da controladora para suas controladas que é ajustado nas demonstrações consolidadas e no resultado individual da controladora, para manter o mesmo patrimônio líquido entre a controladora e o consolidado.
- Inclui PECLD, seguros, materiais de uso e consumo, viagens, hospedagem, feiras e eventos.
- Inclui, substancialmente, despesas corporativas, seguros, materiais de uso e consumo, projetos sociais e doações, viagem e hospedagem. Em 31 de dezembro de 2021, inclui R\$24.937 na controladora e R\$25.285 no consolidado relativo às ações sociais e gastos operacionais com COVID-19.
- Em 31 de dezembro de 2021, inclui, substancialmente, o ganho líquido na venda de imóveis rurais e florestas à Turvino e a Bracell.
- Não inclui R\$18.887 no consolidado, referente à amortização de mais valia reconhecido como despesa financeira (nota 26) (R\$5.543 em 31 de dezembro de 2021).
- Em 31 de dezembro de 2021, refere-se ao reconhecimento de (i) R\$454.318, referente ao crédito tributário e (ii) R\$12.438 referente à provisão de honorários advocatícios.
- Os saldos referentes ao período comparativo, estavam classificados em Custo do produto vendido e Despesas gerais e administrativas.

31. COBERTURA DE SEGUROS - CONSOLIDADO

A Companhia mantém cobertura de seguro para risco operacional com limite máximo para indenização de US\$1.000.000 equivalente a R\$5.217.700. Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil geral no montante de US\$20.000, equivalente a R\$104.354 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A Administração da Companhia considera esse valor suficiente para cobrir possíveis riscos de responsabilidades, sinistros com seus ativos e lucros cessantes.

A Suzano não tem seguro para suas florestas. Visando minimizar o risco de incêndio, são mantidos, pela brigada interna de incêndio, um sistema de torres de observações e uma frota de caminhões. A Companhia não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas.

A Companhia dispõe de apólice de seguro de transporte nacional com limite máximo para indenização de R\$60.000 e internacional no montante de US\$75.000, equivalente a R\$391.328, com vigência até maio de 2024, com renovação prevista para um período de 18 meses.

Além das coberturas mencionadas anteriormente, são mantidas em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores em montantes considerados adequados pela Administração.

A avaliação da suficiência das coberturas de seguro não faz parte do escopo do exame das demonstrações financeiras por parte dos auditores independentes.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

32.1. Decisão do STF - eficácia da coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal no Brasil concluiu o julgamento relativos aos Temas 881 e 885, que discutem os efeitos da coisa julgada. Não obstante até a data da elaboração destas demonstrações financeiras o conteúdo das decisões ainda não ter sido publicado e encontrar-se disponível, a Companhia não é parte em nenhum processo em decorrência do qual um tributo não esteja sendo recolhido em razão de decisão passada transitada em julgado, portanto, a Companhia não terá nenhum ajuste material de provisão em função das decisões proferidas no último dia 08 de fevereiro de 2023.

32.2. Cancelamento de ações em tesouraria

Em 28 de fevereiro de 2023, a Companhia deliberou pelo cancelamento de 37.145.969 ações ordinárias, que estavam sendo mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social e contra os saldos das reservas de lucros disponíveis. Após o cancelamento de ações, o capital social de R\$9.269.281, passa a ser dividido em 1.324.117.615 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

David Feffer - Presidente
Daniel Feffer - Vice-Presidente
Nildemar Secches - Vice-Presidente
Ana Paula Pessoa - Conselheira
Gabriela Feffer Moll - Conselheira
Maria Priscila Rodini Vansetti Machado - Conselheira
Paulo Rogério Caffarelli - Conselheiro
Paulo Sérgio Kakinoff - Conselheiro
Rodrigo Calvo Galindo - Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Eraldo Soares Peçanha - Conselheiro
Luiz Augusto Marques Paes - Conselheiro
Rubens Barletta - Conselheiro
Kurt Janos Toth - Suplente
Luiz Gonzaga Ramos Schubert - Suplente
Roberto Figueiredo Mello - Suplente

DIRETORIA EXECUTIVA

Walter Schalka - Diretor Presidente
Marcelo Feriozzi Bacci - Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores
Aires Galhardo - Diretor Executivo de Operação Celulose
Carlos Anibal de Almeida Jr. - Diretor Executivo de Florestal, Logística e Suprimentos
Christian Orglmeister - Diretor Executivo de Novos Negócios, Estratégia, TI, Digital e Comunicação
Fernando de Lellis Garcia Bertolucci - Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento
Leonardo Barreto de Araújo Grimaldi - Diretor Executivo de Comercial Celulose e Gente e Gestão

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Ana Paula Pessoa - Coordenadora
Carlos Biedermann - Especialista Financeiro
Adriana Caetano - Membro

Marcelo Moses de Oliveira Lyrio - Membro
Paulo Rogério Caffarelli - Membro
Rodrigo Kede de Freitas Lima - Membro

CONTADOR

Arvelino Cassaro
CRC ES-007400/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Prezados Senhores Acionistas, Os membros do Conselho Fiscal da Suzano S.A. ("Companhia"), em reunião iniciada em 14 de fevereiro de 2023 e concluída em 28 de fevereiro de 2023, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas, todos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., sem ressalvas, e, tendo encontrado tais documentos em conformidade com as prescrições legais aplicáveis, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

Rubens Barletta
MembroLuiz Augusto Marques Paes
MembroEraldo Soares Peçanha
Membro

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO ("CAE")

Sobre o Comitê
O CAE da Suzano S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário de funcionamento permanente instituído em abril de 2019, dentro das melhores práticas de governança corporativa.

De acordo com o seu Regimento Interno e o Estatuto Social da Companhia, o CAE funcionará em caráter permanente, reportará ao Conselho e será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho da Companhia, devendo: (i) pelo menos um dos membros do CAE ser também membro independente do Conselho; (ii) ao menos um dos membros do CAE ter comprovada capacitação em finanças ("financial literacy"), conforme estabelecido neste Regimento e na legislação aplicável (especialmente na Seção 10A do "Securities Exchange Act de 1934" e respectivas regras) e nas normas expedidas pelos órgãos reguladores do mercado de capitais e bolsas de valores em que estejam listados valores mobiliários da Companhia; (iii) todos os membros atender aos requisitos previstos no Artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Atualmente, o CAE é composto por 6 (seis) membros com mandato de 2 (dois) anos, sendo a última eleição realizada em 04 de maio de 2022, ou seja, todos os membros possuem mandato válido até a primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral da Companhia que deliberar sobre as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023. Todos os membros são independentes. São membros do CAE, a Sra. Ana Paula Pessoa atua como coordenadora e integra também o Conselho de Administração da Companhia, juntamente com o Sr. Paulo Rogério Caffarelli, Sr. Carlos Biedermann, como especialista financeiro e os Srs. Rodrigo Kede de Freitas Lima, Marcelo Moses de Oliveira Lyrio e a Sra. Adriana Caetano.

De acordo com o seu Regimento Interno, compete ao CAE, dentre outras funções, revisar, supervisionar e zelar (i) pela qualidade e integridade das informações financeiras trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares (iii) avaliar, em conjunto com os auditores independentes as políticas e práticas contábeis adotadas pela Companhia (iv) Avaliar e recomendar ao Conselho de Administração a Política de Alçadas da Companhia (v) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna e (vi) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e em suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Monetários ("CVM"). Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais ("ITRS") arquivados junto à CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do

exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 28 de fevereiro de 2023, contendo opinião sem ressalvas.

Os trabalhos de auditoria interna são realizados por equipe própria. O CAE é responsável pela recomendação de aceitação ou rejeição do plano anual de auditoria interna, pelo Conselho de Administração, que na sua execução é acompanhado e orientado pelo Diretor de Auditoria Interna, vinculado diretamente ao Conselho de Administração e ainda é responsável pela revisão da estrutura organizacional e qualificações dos membros da Auditoria Interna, e resultados alcançados no desenvolvimento de suas funções. No mais, o CAE desenvolve sua atuação de forma ampla e independente, observando, principalmente, a cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impactos mais significativos na implementação da estratégia da Companhia.

Temas discutidos pelo CAE
O CAE reuniu-se 6 (seis) vezes no período de fevereiro de 2022 a fevereiro de 2023. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar os seguintes aspectos:

- reuniões individuais com a Auditoria Interna e Auditoria Externa para acompanhamento dos principais assuntos relacionados aos trabalhos do ano vigente, mantendo a independência e reforçando a transparência do processo;
- agendas individuais com o CEO e CFO para alinhamento e acompanhamento de assuntos estratégicos para o comitê;
- aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Interna e de sua execução;
- conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, bem como fazer o acompanhamento das providências saneadoras adotadas pela Administração;
- monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhoria, monitoramento de riscos de fraudes com base nas Manifestações e reuniões com os Auditores Internos e com os Auditores Independentes, com a área de Controles Internos, Compliance e Ouvidoria;
- análise do processo de certificação dos Controles Internos (Sarbanes-Oxley SOX) junto aos Administradores e aos Auditores Independentes;
- análise, aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Independente e sua execução tempestiva;
- acompanhamento do processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras da Companhia, do Relatório da Administração e dos *Releases* de Resultados, notadamente, mediante reuniões com os administradores e com os auditores independentes para discussão das ITRS e das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;
- acompanhamento do programa de Compliance da Companhia e as ações mitigatórias.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

Ana Paula Pessoa
CoordenadoraCarlos Biedermann
Especialista financeiroAdriana Caetano
MembroMarcelo Moses de Oliveira Lyrio
MembroPaulo Rogério Caffarelli
MembroRodrigo Kede de Freitas Lima
Membro

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria da Suzano S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento ao disposto no inciso VIII do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, examinou as demonstrações financeiras da controladora e consolidado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Relatório da Administração, e o relatório emitido sem ressalvas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Não houve situações de divergências significativas entre a Administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às Demonstrações Financeiras da Companhia. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do Comitê de Auditoria, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras se encontram em condições de serem aprovadas.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

Ana Paula Pessoa
CoordenadoraCarlos Biedermann
Especialista financeiroAdriana Caetano
MembroMarcelo Moses de Oliveira Lyrio
MembroPaulo Rogério Caffarelli
MembroRodrigo Kede de Freitas Lima
Membro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/22, a diretoria executiva da Suzano S.A., declara que:

- revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e
- revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

Walter Schalka - Diretor Presidente
Marcelo Feriozzi Bacci - Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores
Aires Galhardo - Diretor Executivo de Operação Celulose
Carlos Anibal de Almeida Jr. - Diretor Executivo de Florestal, Logística e Suprimentos

Christian Orglmeister - Diretor Executivo de Novos Negócios, Estratégia, TI, Digital e Comunicação
Fernando de Lellis Garcia Bertolucci - Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento
Leonardo Barreto de Araújo Grimaldi - Diretor Executivo de Comercial Celulose e Gente e Gestão

continua →



→ continuação



suzano

Suzano S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 16.404.287/0001-55

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2022**

www.suzano.com.br
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

 Aos Administradores e Acionistas
Suzano S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Suzano S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Suzano S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suzano S.A. e da Suzano S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.


Porque é um PAA
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Recuperabilidade de tributos diferidos ativo (Nota 3.2.21 e 12)

Em 31 de dezembro de 2022, o balanço patrimonial individual e consolidado apresenta imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo não circulante, provenientes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Estes tributos diferidos ativos são considerados recuperáveis com base em projeções de geração de lucros tributáveis futuros, que envolvem julgamentos significativos por parte da administração, notadamente em relação ao momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e os impactos futuros estimados no cálculo e na tributação do imposto de renda e contribuição social. O valor recuperável dos tributos diferidos ativos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeções dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do tributo diferido ativo apresentado nas demonstrações financeiras. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura da Companhia exige julgamentos significativos pela administração. Por esse motivo e pela magnitude dos valores apresentados, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, bem como a metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no cálculo.

Avaliámos, com o apoio dos nossos especialistas na área de tributos, a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, que inclui o preço médio líquido da celulose e do papel, assim como o preço de transferência praticado com a subsidiária na Austrália. Efetuamos uma comparação dos dados utilizados na projeção com dados históricos, do setor e de mercado, bem como realizamos análise de sensibilidade sobre a projeção elaborada pela administração. Avaliamos se as projeções, incluindo a estimativa do momento de realização das diferenças temporárias, indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para a realização dos tributos diferidos ativos, assim como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com dados e informações analisadas em nossa auditoria.

Valor justo dos ativos biológicos (Notas 3.2.17 e 13)

Os ativos biológicos da Controladora e do Consolidado correspondem a florestas de eucalipto e são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado. Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da administração, incluindo taxa de incremento médio anual das florestas e principalmente o preço de venda da madeira em pé em diferentes regiões. Este é um assunto de atenção da nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor justo, bem como a metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no cálculo.

Avaliámos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Definimos as principais premissas na perspectiva da auditoria e efetuamos comparações com fontes externas, avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio no cálculo do valor justo. Em relação às premissas consideradas significativas no âmbito da auditoria, como o preço de venda da madeira em pé e a taxa de incremento médio anual das florestas, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, quando aplicável, bem como avaliamos o comportamento histórico, respectivas tendências e dados utilizados, além de avaliarmos se as informações divulgadas nas notas explicativas estavam consistentes com os requisitos da norma contábil e com as premissas utilizadas nos cálculos. Com base no resultado dos procedimentos realizados, consideramos que o modelo de avaliação está consistente com as práticas de mercado e que as premissas e dados utilizados estão devidamente suportados.

Redução ao valor recuperável de intangíveis (Nota 3.2.20 e 16.1)

A Companhia possui registrado em seu ativo intangível, ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, oriundo da aquisição da Fibria Celulose S.A. ocorrida em janeiro de 2019, o qual foi alocado ao segmento de celulose. O referido saldo tem sua recuperação baseada em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos da administração, incluindo a definição de unidade geradora de caixa, preço médio líquido de celulose e taxa de desconto, entre outras. Para efetuar o cálculo do valor recuperável, a administração calculou o valor em uso através da metodologia do fluxo de caixa descontado. Consideramos essa área como de foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância do saldo, bem como que variações na determinação das premissas adotadas pela administração podem impactar a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, da metodologia de avaliação, das premissas e dados utilizados no cálculo, assim como o critério adotado para a definição da unidade geradora de caixa.

Avaliámos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Envolvermos nossos especialistas na área de avaliação de negócios para nos apoiar na análise e teste da taxa de desconto. Em relação às principais premissas na perspectiva da auditoria, como o preço médio líquido de celulose e taxa de desconto, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, bem como avaliamos, por meio de análises de sensibilidade, se variações individuais ou cumulativas aproximariam o valor recuperável do valor contábil. Para as demais premissas, levamos em consideração o comportamento histórico, respectivas tendências e outras evidências que corroboram os dados utilizados. Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração envolvidos no cálculo do valor recuperável. Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que as premissas e dados utilizados e a metodologia de avaliação do valor recuperável estão consistentes com as práticas de mercado. Assim como, as divulgações efetuadas sobre o tema estão adequadas em relação às evidências por nós obtidas.

Provisão para passivos judiciais tributários (Nota 3.2.24 e 20)

A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais decorrentes do curso normal de suas operações. Especialmente no caso daqueles de natureza tributária, eles são relativos a divergências na interpretação das normas tributárias, autos de infração, entre outros. A administração, com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima os possíveis desfechos para esses diversos assuntos, provisiona aqueles considerados como de perda provável e divulga aqueles considerados como de perda possível. A determinação das chances de perda, assim como dos valores objetos das disputas, envolvem julgamento da administração, considerando aspectos subjetivos e evoluções jurisprudenciais, que podem mudar ao longo do processo e que não estão sob o controle da administração e, por essa razão, definimos esse tema como uma área de foco.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para identificar e constituir provisões, monitorar o andamento dos processos judiciais tributários, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas.

Em conjunto com os nossos especialistas da área tributária, entendemos o objeto dos principais processos em andamento, obtivemos a documentação suporte da avaliação da administração, incluindo a determinação de valores e opinião de especialistas externos contratados e avaliamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da administração. Solicitamos e obtivemos confirmação direta dos assessores jurídicos externos responsáveis pelos processos na esfera judicial. Testamos, por amostragem, os cálculos dos valores utilizados para o provisionamento ou divulgação e avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as normas contábeis relevantes e documentação suporte. Observamos que as conclusões da administração e a documentação suporte, incluindo as posições dos assessores jurídicos internos e externos, estão consistentes entre si e com o nosso entendimento sobre os objetos das disputas, bem como com as divulgações incluídas nas notas explicativas.

Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliámos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliámos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023


 PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

 José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0


Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Jornal Correio em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.correio24horas.com.br/>

SUZANO 18P pdf

Código do documento c687be2e-f2d4-4665-b7d6-62ee465565dd



Assinaturas



EMPRESA BAIANA DE JORNALISMO S A:14583041000162
Certificado Digital
opec-noticiario@redebahia.com.br
Assinou

Eventos do documento

28 Feb 2023, 20:46:05

Documento c687be2e-f2d4-4665-b7d6-62ee465565dd **criado** por PAULO SERGIO DA SILVA (cc8a1131-3d9b-4e18-9746-58ab9eea1800). Email:paulo.silva@redebahia.com.br. - DATE_ATOM: 2023-02-28T20:46:05-03:00

28 Feb 2023, 20:47:09

Assinaturas **iniciadas** por PAULO SERGIO DA SILVA (cc8a1131-3d9b-4e18-9746-58ab9eea1800). Email: paulo.silva@redebahia.com.br. - DATE_ATOM: 2023-02-28T20:47:09-03:00

28 Feb 2023, 20:47:51

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EMPRESA BAIANA DE JORNALISMO S A:14583041000162 **Assinou** Email: opec-noticiario@redebahia.com.br. IP: 189.106.92.194 (189-106-92-194.user3p.veloxzone.com.br porta: 51622). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC VALID RFB v5,OU=A1,CN=EMPRESA BAIANA DE JORNALISMO S A:14583041000162. - DATE_ATOM: 2023-02-28T20:47:51-03:00

Hash do documento original

(SHA256):ea891f3b034d6232de650971855acdc3f6e980d165f00b3990fcaa6cdedd7079
(SHA512):4a93d3f8504db713421d1b97e38748ec44319f723c751ede5a59277084532c3966613f79f55b9b135d0b0adb0a41cdc9c2580848c03d06ab2d3a076329ecf0e2

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign